

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 21

J. Mendes Gomes
Santos
Francinihias

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em primeira reunião da sessão ordinária de Fevereiro sob a presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, secretariado pelos Vogais, António dos Santos Costa e Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos, e com a presença dos Vogais Rogério da Silva Leitão, Albertino Moreira de Oliveira, José Carlos da Silva Neves, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Carlos Vicente Ferreira, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, António José Valente, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Fernando Tavares Marques, Porfirio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Amândio Ferreira Canha Júnior, Libério da Silva Santos e Artur José Lopes Lobo.

Pelas 10.00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Júlio Lourenço Paciência, António Rocha Dias de Andrade, Gilberto Parca Madail, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Fernando dos Santos Manata, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Manuel Simões Madail, Manuel Tavares Duarte.

De seguida, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Carlos Alberto da Silva Jerónimo, António Norberto da Silva Correia, Armando Manuel Dinis Vieira, José Carlos da Silva Neves, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt e Manuel Simões Madail, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de antes da ordem do dia, o Presidente deu nota de uma proposta apresentada pelo Vogal Carlos Jerónimo, que se

transcreve: "No dia 24 foi a enterrar José Afonso. Cumpru-se em pleno inverno a sua balada de Outono "Ó ribeiras choraí que eu não volto a cantar". Não vou aqui referir ou reinventar tudo o que nestes últimos dias, tão tardiamente, foi dito e escrito sobre José Afonso. Nem eu teria a capacidade e a legitimidade para dissertar com a profundidade e o conhecimento exigíveis, sobre esse "Amigo maior que o pensamento". Cito apenas Fernando Assis Pacheco: "Zeca Afonso foi um dos grandes criadores deste século e quando o comparamos a outros compositores-cantores já desaparecidos, como Georges Brassens ou Jacques Brel, creio bem que foi mais importante". E Portugal, mereceu-o? (pergunto eu). José Afonso nasceu em Aveiro a 2 de Agosto de 1929. Se não se tratasse duma personalidade "incômoda", a sua naturalidade teria justificado já, muito antes da sua morte, as homenagens de Aveiro de que outros têm sido alvo. Mas porque neste país nos habituámos a apenas reconhecer o valor das pessoas depois da sua morte, proponho que esta Assembleia aprove e recomende ao Executivo camarário a atribuição do nome de José Afonso a uma rua da cidade de Aveiro, em cuja placa conste a autoria do "Grândola, Vila Morena", canção-senha e símbolo do 25 de Abril de 1974".

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Manuel Branco Pontes.

Seguidamente, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para se pronunciar sobre a proposta apresentada, começando por referir que está de acordo com a homenagem a Zeca Afonso porque reconhece que, como cantor de intervenção e de contestação social teve realmente valor.

Contudo, manifestou as suas dúvidas sobre a votação favorável da proposta, nomeadamente da sua parte final, pois para tal teria que colocar uma condição prévia e que se reporta à existência de uma proposta para atribuição do nome de São Carneiro a uma das ruas da cidade de Aveiro, proposta que há já vários anos aguarda deliberação favorável do Executivo.

Também no uso da palavra o Vogal Armando Vieira lançou um apelo à Câmara Municipal para que dedique mais atenção às freguesias rurais, nomeadamente quanto à programada e prometida calendarização de reuniões entre os Órgãos Executivos da Câmara e das Freguesias para apresentação e análise dos problemas que mais afectam as Freguesias, particularmente as rurais que deveriam ser visitadas periodicamente pelo Executivo Camarário. Neste contexto, realçou de novo que deveria a Câmara estabelecer um justo programa financeiro para apoiar as Freguesias nas tarefas inerentes à limpeza de valetas.

Deu entretanto entrada na sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Rogério da Silva Leitão salientou que dificilmente será a proposta votada favoravelmente na globalidade por entender que a mesma tem pontos controversos e que importa considerar, nomeadamente se a personalidade de Zeca Afonso merece o voto de pesar desta Assembleia, se se justifica que se dê o seu nome a uma das artérias da cidade e, ainda, se com a homenagem prestada se se deve dar a carga política que a proposta encerra.

O Vogal Albertino de Oliveira, depois de tecer algumas considerações sobre a problemática da formação profissional, referiu que a nível do distrito de Aveiro estão em curso construções de Centros de Formação Profissional. Mais referiu que, como é do conhecimento de todos, iguais infraestruturas serão lançadas em Aveiro, mais concretamente nas instalações da Fábrica Jerónimo Pereira Campos. Contudo, porque o processo continua imobilizado, solicitou esclarecimentos acerca do ponto da situação do mesmo.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal António Norberto da Silva Correia.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Jorge Nascimento reportou-se ao recente debate subordinado ao tema "Regionalização" levado a efeito nesta cidade pela AIDA—Associação Industrial do Distrito de Aveiro, a quem manifestou o agrado pela iniciativa, dada a grande oportunidade e actualidade do tema, factos realçados pelas intervenções havidas quer na sua qualidade quer pela sua quantidade.

Abordando de seguida a problemática dos serviços prestados à comunidade aveirense pelos CTT, deu nota de que deverá esta Assembleia, em futuro próximo, tomar uma posição perante as entidades competentes no sentido de que os serviços acima referidos sejam substancialmente melhorados pois os que actualmente são oferecidos aos utentes das estações dos CTT, nomeadamente na Central e nas horas de ponta, são precários.

Retomando a palavra e reportando-se à proposta apresentada à Mesa, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo salientou que, como cantor de contestação social, Zeca Afonso marcou uma era, pelo que virá a ser recordado e terá um lugar na história. Contudo, salientou que está a ser feito um aproveitamento político pelo Partido Comunista Português tentando

arrastar para a sua área de influência a figura do cantor desaparecido, que publicamente se demarcou daquele Partido.

Salientando o facto de não estar presente o autor da proposta para poder defendê-la, aquela Vogal apresentou proposta no sentido do adiamento do debate da mesma até que o seu autor se encontre presente, apesar de no momento presente aceitar que se preste homenagem ao cantor.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel Arede de Jesus.

Aceite pela Mesa aquela proposta foi de igual modo obtido o consenso do Plenário pelo que a apreciação da proposta foi suspensa e remetida para a reunião em que esteja presente o proponente.

De novo no uso da palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo propos que esta Assembleia Municipal aprovasse um "voto de pesar pelo falecimento do cantor e intelectual aveirense Zeca Afonso", proposta que, submetida à votação, mereceu aprovação por vinte e três votos a favor e duas abstenções.

Tomou de seguida a palavra o Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos, começando por reconhecer que de facto não houve grandes contactos entre a Câmara e as Juntas de Freguesia por dificuldades de tempo. Não deixou porém de formular um voto para que esta Assembleia programasse um circuito-visita ao concelho por forma a que os seus membros contactassem mais de perto com a realidade do concelho.

Informou de seguida que o processo de recuperação do edifício da Fábrica Jerónimo Pereira Campos, que incluiu instalações para o Centro de Formação Profissional, atrazou-se um pouco por força de algumas alterações de que será alvo o projecto de arquitectura.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara começou por dar nota das preocupações da Câmara no que respeita ao acesso ferroviário e rodoviário ao Porto de Aveiro, dado ser de facto um problema bastante quente e actual que exige muita ponderação da parte das entidades responsáveis e pelas afectadas pelos traçados, nomeadamente pelas Câmaras Municipais.

Thiny M. Alves

pais de Aveiro e Ílhavo, Direcção-Geral de Portos, C.P. e Junta Autónoma de Estradas. Deu também nota de que se desenvolvem acções no sentido de ser instalado um terminal TIR junto do Porto Comercial por se entender ser de toda a conveniência a sua instalação. Relativamente ao acesso ferroviário ao Porto, deu nota de que terá que se tornar realidade pois o Banco Europeu de Investimento assim o exige sob pena de cessar com a comparticipação financeira para a conclusão do Porto de Aveiro. Salientou, porém, que quer o município de Aveiro quer o de Ílhavo vão ter custos sociais muito elevados mas inevitáveis por resultarem destes investimentos estratégicos que a Lei das Finanças Locais deveria apoiar.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Joaquim Mendonça começou por corroborar as considerações tecidas acerca do acesso rodoviário ao Porto de Aveiro dada a sua complexidade. Contudo, contestou as afirmações feitas de que tenha que haver um acesso ferroviário ao novo porto comercial já que na sua opinião bastaria que aquele acesso fosse construído até ao porto existente.

Seguiu-se prolongada troca de impressões sobre a temática dos acessos ao novo porto de Aveiro com especial incidência no acesso ferroviário que, segundo opinião generalizada, trará enormes custos sociais e ambientais à cidade de Aveiro pelo que se concluiu que se deverá dedicar muita atenção ao problema para serem estudadas as melhores soluções e, assim, poderem ser defendidos os interesses do concelho, nomeadamente nos aspectos social, meio-ambiente e turístico.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal José Luis Cristo.

Retomando a palavra, o Presidente da Câmara fez algumas referências ao estado de degradação da variante (EN 109), situação que a Câmara tem tentado solucionar transitoriamente já que, segundo informações, prevê-se que a sua recuperação total ocorra durante o corrente ano. Fez ainda algumas referências ao lançamento da variante às estradas nacionais 235 e 335, estrada que terá o estatuto de via-rápida e fará a ligação entre o nó-sul de Aveiro e o nó da auto-estrada sito em Mamodeiro, facto que virá contribuir para a diminuição do trânsito naquelas artérias. Abordou também a problemática do contrato de desenvolvimento para a continuação do programa habitacional de Santiago dando nota de que se mantêm as dificuldades quanto ao seu desbloqueamento que espera venha a ocorrer brevemente bem

como referiu que decorrem estudos para a concretização de projectos para construção de habitação social, tarefa que deverá ser apoiada pelas Juntas de Freguesia através da informação das carências existentes naquele sector.

Quanto à problemática do ensino, cultura e desporto deu nota do lançamento das escolas primárias de Eixo e do alargamento das existentes em Vilarinho; da execução do projecto para as instalações da Cooperativa de Artesãos "A Barrica"; do bom andamento da construção da edifício para as novas instalações do I.S.C.A.A bem como do acabamento de mais um campo de ténis e do apoio dado ao CENAP para a conclusão da cobertura do seu pavilhão. Salientou que, no âmbito da acção social, será em breve inaugurada a sede do Centro Social de Requeixo obra que constitui um belo exemplo de descentralização concelhia como se acentua no novo Boletim Informativo que, ao ser publicado, suprime uma lacuna que havia pois, doravante, poderá a Câmara dispor de um meio de informação próprio que coloca naturalmente à disposição das Juntas de Freguesia.

Deu também nota de outras acções concluídas ou em vias de conclusão como por exemplo a obra de iluminação do Parque Municipal, a execução do grande Plano de Urbanização da Forca-Vouga e da zona antiga de Esgueira e o problema da Avenida Central nomeadamente no que respeita à aquisição dos imóveis necessários e que obstat à sua conclusão. No que respeita ao meio-ambiente, salientou, como nota mais importante, a abertura do concurso para o arranjo da baixa de St^o. António e da adjudicação dos arranjos exteriores do complexo habitacional de Santiago.

Concluindo a sua comunicação, o Presidente de Câmara realçou o bom andamento das obras de construção da Central de Camionagem e comunicou que a Câmara tem de facto no momento uma situação financeira equilibrada.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Armando Vieira para solicitar esclarecimentos relativamente ao loteamento recentemente efectuado na freguesia de Oliveirinha pela Câmara, perguntando se já foi tomada qualquer medida no sentido do seu alargamento conforme o plano apresentado pela Junta de Freguesia no início do seu mandato, tendo o Presidente da Câmara esclarecido que o referido loteamento integra uma das zonas que a Câmara pretende densificar urbanisticamente.

Também no uso da palavra, o Vogal Jorge Nascimento abordou a temática do nó-sul e da ligação que será feita até ao nó rodoviário da auto-estrada de Mamodeiro para, de imediato e face aos inúmeros pro-

Thiny M. - Soares

blemas que aquela nova artéria colocará à população aveirense e concretamente à residente em Aradas e lugares limítrofes, perguntar qual é ou quais são as entidades responsáveis pela realização da obra. Também referiu que a Câmara deveria procurar intervir no sentido de promover a informação junto da população.

Sobre aquela questão pronunciou-se o Presidente da Câmara informando que aquela artéria se insere no âmbito das consideradas estradas da rede fundamental e será classificada como estrada nacional pelo que é da responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas bem como informou que se encontra em execução a fase da declaração de utilidade pública dos terrenos necessários após o que deverá aquele organismo promover os correspondentes contactos.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Fernando Tavares Marques, reportando-se à nova situação do parque municipal, apresentou candidatura da Junta de Freguesia da Glória para a elaboração de um programa de animação para a época de verão com a finalidade de atrair as pessoas ao parque e proporcionar-lhes momentos de bem-estar e satisfação.

Reportando-se à comunicação feita sobre a futura utilização da Rua da Pêga como nova artéria da cidade e face às péssimas condições de circulação que se oferecem à população de Santiago, aquele Vogal apelou para que fosse rápida a execução de tal projecto por forma a proporcionarem-se melhores condições de trânsito aos residentes na área de Santiago.

De novo no uso da palavra, o Vogal Armando Vieira abordou a problemática do desenvolvimento habitacional da Freguesia de Oliveirinha para salientar que se torna urgente abreviar a execução do estudo correspondente face às constantes reclamações dos residentes naquela freguesia por força do impedimento sistemático de construção de habitação própria. Para colaborar na resolução de tais problemas deu nota de que possui a Junta de Freguesia algumas sugestões que gostaria de ver analisadas.

Sobre aquela questão, o Vereador Dr. Pires dos Santos referiu que a mesma se insere na temática da zona de expansão dos aglomerados urbanos a que o Gabinete de Planeamento da Câmara Municipal tem dedicado atenção e sobre a qual irá apresentar brevemente o estudo desenvolvido.

PONTO Nº. 2 - APRECIACÃO DA URBANIZAÇÃO DO COJO - CENTRO CIDADINO.

Registaram-se as presenças do Arqtº. RUI BARREIROS

DUARTE e do Dr. CACHUDO NUNES para, na qualidade de representantes do Gabinete responsável pela elaboração do estudo técnico-económico do Plano em epígrafe, procederem à sua apresentação e prestarem os esclarecimentos pedidos.

Aberto o período de apreciação, o Presidente da Câmara procedeu à introdução do tema tecendo algumas considerações acerca da acção desenvolvida pela Câmara nos últimos anos no que respeita à aquisição das várias parcelas que constituem o canal do Cojo, acção que permite hoje à Câmara controlar o desenvolvimento urbanístico do centro da cidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Arqtº. Rui Duarte, para proceder à apresentação do projecto para o que se apoiou na maquete presente e elementos gráficos, começando por salientar que o canal do Cojo representa uma intervenção que apenas é usada como parque de estacionamento e como estrutura urbana pertence a um conjunto muito mais amplo pois prolonga-se até à linha do caminho de ferro e interliga-se num outro plano de pormenor para a referida zona.

Prosseguindo a sua intervenção, salientou que na elaboração do Plano foi tida em consideração a possibilidade de toda aquela zona poder vir a participar do mesmo conjunto do centro da cidade, tendo como eixo articulador o canal da ria e podendo tornar mais amplo o parque de estacionamento ali existente e, ainda, tentar restituir as características habitacionais ao centro da cidade.

Durante a sua explanação o Arqtº Rui Duarte deu nota de todos os pormenores técnicos que possibilitaram a concepção do Plano em apreciação.

Seguidamente e no que ao estudo de viabilidade económica respeita, o Dr. Cachudo Nunes começou por salientar a importância de que se revestem os estudos económicos quando elaborados em paralelo com os estudos técnicos, face às exigências de rentabilidade que se impõem em investimentos de grande envergadura como será o resultante da execução do plano que se aprecia no momento.

Assim, deu nota de que o estudo económico foi realizado com o objectivo de demonstrar que o Plano tem viabilidade económica pois assegura uma rentabilidade mínima para os capitais investidos, tecendo de imediato algumas considerações de ordem teórica sobre o desenvolvimento económico do plano.

Após a apresentação feita pelos técnicos presentes foram os trabalhos interrompidos para o almoço.

Eram 13.10 horas.

Pelas 14.30 horas foram reiniciados os trabalhos com a presença dos membros, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Rogério da Silva Leitão, Albertino Moreira de Oliveira, José Luis Rebocho de Albuquerque Cristo, José Carlos da Silva Neves, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, António dos Santos Costa, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, António José Valente, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfirio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes, Amândio Ferreira Canha Júnior, Libério da Silva Santos e Artur José Lopes Lobo.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Vicente Ferreira, Carlos Júlio Lourenço Paciência, António Rocha Dias de Andrade, Gilberto Parca Madail, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Fernando dos Santos Manata, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Manuel Simões Madail, Manuel Tavares Duarte.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal José Luis Cristo começou por dar nota de que, embora tivesse obtido já alguns esclarecimentos, gostaria que as questões que colocou ficassem registadas em acta. Assim, ao salientar que foi informado de que o Gabinete concebeu o Plano com total liberdade de imaginação, declarou que se fosse convidado a conceber algo para ocupar o espaço do largo do Cojo conceberia algo de diferente daquilo que está em apreciação, nomeadamente quanto à densificação que o Plano apresenta, que considera exagerada para o espaço em causa. Contudo, referiu que não podia deixar de reconhecer a alta qualidade do serviço executado que virá provavelmente a aprovar, ainda que tenha que fazer alguns reparos, nomeadamente sobre a insuficiente harmonização com as urbanizações feitas para as zonas envolventes bem como sobre a ausência de enquadramento com o futuro eixo viário que será a Avenida Central pois o plano não apresenta qualquer esquema de inserção do movimento de tráfego para as situações referidas.

Outro reparo que fez dirigiu-se à problemática do trânsito e estacionamento em redor do plano pois é certo que a sua execução irá provocar necessidades acrescidas de estacionamento, facto que levanta a dúvida de, apesar de projectada a construção de estacionamento com uma capacidade superior à actual, se saber se a sua capacidade dará resposta às já

referidas necessidades acrescidas.

Concluindo a sua intervenção, referiu que o Plano deveria prever uma melhor coordenação com as zonas verdes adjacentes, nomeadamente com o jardim do Museu mais salientando que, apesar dos reparos feitos, o Plano merece a sua aprovação pois foi informado de que poderá o projecto motivar adaptações.

De imediato, o Presidente da Câmara no uso da palavra deu nota de que, no que ao estacionamento respeita, está o Gabinete de Planeamento da Câmara a elaborar um estudo para a implementação de parques de estacionamento em altura em diversas zonas da cidade. Deu ainda nota de que toda a estrutura que se encontra em análise assenta na futura estrutura viária constituída pela Avenida Central e pela I.P.5, pois contribuirão para o desanuviamento da Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

O Arqtº. Rui Duarte tomou de seguida a palavra para tecer algumas considerações, começando por referir que transformar a artéria marginal ao Plano e à ria em via de trânsito automóvel ou apenas pedonal não causa quaisquer problemas ao Plano pois como referiu anteriormente o Plano poderá ser afinado e aferido. Teceu ainda algumas considerações de índole técnica referentes à problemática da inserção do Plano ao nível rodoviário, urbanístico e paisagístico no contexto de tudo quanto o rodeia.

Também no uso da palavra, o Vogal Joaquim Mendonça começou por salientar que o estudo apresentado foi elaborado sob uma honestidade profissional de realçar e que raramente se verifica no âmbito em que se insere pois a sua elaboração foi antecedida de apurados e aprofundados estudos quer no aspecto volumétrico quer na sua integração com as situações existentes. Contudo, entende que deverão ser acauteladas quer a transição arquitectónica, por ser delicada, entre a zona da Avenida e a parte alta da cidade, quer o estilo de construção que para o local vier a ser definido, perguntando se porventura será o que a maquete apresenta. Também perguntou se já existe ou se está projectado algum regulamento que garanta uma arquitectura homogénea e que se enquadre no estilo aveirense pois entende que tal regulamento é fundamental para a exequibilidade do projecto em análise.

No que respeita ao problema viário que resulta da execução do Plano, entende que o parque de estacionamento carece de vias capazes de apoiar quer nas saídas quer nas entradas, situações não estudadas no Plano e que, dada a sua pertinência, deveria ser efectuada uma revisão por

forma a serem debeladas todas as insuficiências apontadas.

Abordando a problemática da viabilidade económica, e pese embora não ter conhecimento exacto do número de fogos previstos no Plano, considera que, com base nas áreas de construção previstas, o investimento será concertiza rentável. Também salientou que a Câmara Municipal não deve retirar-se do empreendimento para garantia da sua exequibilidade.

De novo no uso da palavra, o Arqtº. Rui Duarte teceu algumas considerações sobre a filosofia da arquitectura geral e do Plano em si, dando nota de que no aspecto técnico dever-se-à ter em consideração a coerência que o Plano apresenta que deverá ser apoiado num regulamento de linguagem muito clara que imponha rigorosamente a articulação de todo o conjunto em todo o seu pormenor, nomeadamente desde os materiais aos tipos de acabamentos e remates dos edificios.

Relativamente às questões colocadas sobre a inserção do trânsito na malha viária urbana através do n.º rodoviário a construir na Ponte de Pau, esclareceu que está prevista a articulação sugerida por forma a não criar problemas incompatíveis para a boa exequibilidade do Plano, tendo o Vogal Joaquim Mendonça reforçado a sua posição no que respeita às exigências viárias que o Plano criará e que por conseguinte deverão ser revistas as alternativas de circulação viária em torno do Plano bem como reforçou a sua posição quanto à necessidade de ser garantida a execução do Plano sem que o mesmo venha a ser adulterado.

Seguidamente, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para referir que, na sequência do trabalho realizado na cidade durante nove anos, não pode deixar de insistir num dos pontos que tem sido alvo de críticas da oposição à Câmara Municipal de Aveiro e que se prende com o tipo de construção, a traça architectónica e as fachadas dos edificios que a Câmara tem permitido construir. Assim, declarou que a preocupação evidenciada se reporta apenas ao que vier a ser aprovado em regulamento para o Plano e não pretende sequer por em causa a competência evidenciada pelo autor e apresentador do projecto.

Abordando outras questões, começou por perguntar se, face à construção do parque de estacionamento em cave, estão salvaguardadas as condições de segurança dos muros da ria pois se aqueles já estão tão frágeis quando sofrerem a pressão das obras ruirão naturalmente. Também perguntou se, face à natureza lodosa do sub-solo de Aveiro, não haverá problemas de inundações das caves destinadas a estacionamento. Outro aspecto que abordou foi

o inerente à ausência de zonas verdes, aspecto bastante debatido dado que a cidade carece de mais zonas verdes pelo que sugeriu que o Plano fosse revisado naquele aspecto.


Finalizando, alertou para o facto de ser necessário dar um tratamento adequado à implantação de um hotel na zona em que o Plano se insere dada a existência de um cemitério nas suas proximidades, facto que impõe de facto um tratamento adequado à circunstância e que garanta a normal utilização do mesmo. Perguntou ainda se está previsto retirar definitivamente e totalmente os esgotos do canal da ria pois a executar-se aquele Plano a tarefa a que se reportou terá que ser executada previamente, tendo o Presidente da Câmara informado que as situações existentes serão anuladas.

Seguiu-se nova intervenção do Arqtº. Rui Duarte para salientar que na realidade os espaços urbanos devem ter sempre a componente verde embora devidamente controlada dada a sua natureza sensível e função humanizante. Concretamente no caso em apreço, deu nota de que, embora a componente arborização seja o complemento natural da arquitectura, são situações difíceis de traduzir nos elementos gráficos e nas maquetes.

Seguiu-se prolongada troca de impressões em que intervieram a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo a reforçar a sua teoria de que deverão ser tomadas todas as precauções até aos últimos pormenores e regulamentar tudo o que referiu; o Arqtº. Rui Duarte que teceu algumas considerações inerentes ao Plano em particular e sobre a arquitectura em geral bem como interveio o Dr. Cachudo Nunes para prestar alguns esclarecimentos de ordem técnico-financeira, nomeadamente quanto ao número de fogos e consequente rentabilização do Plano.

O Vogal Rogério Leitão, apesar de referir que já foi abordada a problemática do planeamento e inserção viária na restante rede, entendeu reforçar as preocupações manifestadas e lembrar que foi abordada nesta Assembleia a problemática em questão e tirada a conclusão da extrema necessidade da execução de um estudo global para a circulação rodoviária da cidade que eventualmente deveria anteceder o projecto em apreciação por forma a que não surjam problemas graves, nomeadamente quanto à utilização do estacionamento previsto para o local.

Teceu ainda algumas considerações ligeiras, nomeadamente sobre a projectada piscina do hotel e dos anfiteatros a céu aberto, salientando que, dada a natureza do clima de Aveiro, serão infraestruturas cujo êxito não vê assegurado mas que, dado que o Plano aceita reajustamentos, poderão eventualmente vir a ser revistas aquelas situações.



No que respeita ao estudo económico e face aos esclarecimentos prestados quanto à rentabilidade do projecto e sem querer colocar em dúvida as informações e a competência dos técnicos que as difundiram, manifestou as suas dúvidas quanto ao êxito financeiro do Plano quando na realidade o complexo tem muitas zonas disponíveis e de utilização comum e as zonas mais rentáveis são relativamente pequenas.

O Arqtº. Rui Duarte, de novo no uso da palavra, deu nota de que o Plano deverá ser inserido numa estratégia mais global da própria cidade na definição das suas redes viárias alternativas e que deverá ser estudado pontualmente.

Também o Dr. Cachudo Nunes retomou a palavra para prestar alguns esclarecimentos de ordem económico-financeira, começando por declarar que o estacionamento gera um rendimento para a sociedade promotora deveras significativo.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal António Norberto da Silva Correia.

Encerrado o período de apreciação, foi a proposta da Câmara submetida à votação tendo merecido aprovação por vinte e quatro votos a favor e uma abstenção.

O Vogal José Luis Cristo fez a seguinte declaração de voto: "Comungo das afirmações feitas de que é um estudo técnico de elogiar e voto favoravelmente não apenas por isso, porque julgo que de uma maneira geral o estudo é agradável e que a cidade poderá ser beneficiada. Só não me abstive porque foi feita a afirmação de que este estudo poderá sofrer ligeiras alterações que possam adequar o que foi estudado às verdadeiras necessidades e aos problemas que foram hoje levantados".

Também usou da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para fazer a seguinte declaração de voto: "Votámos a favor dando o benefício da dúvida a este projecto esperando que não seja adulterada a estrutura lançada e que eventuais correcções e adaptações não destruam o sistema criado, daí que voltemos a sublinhar que seja devidamente regulamentado o aspecto arquitectónico final exterior, devidamente acautelada a situação viária e que seja dada especial atenção aos espaços verdes. Pedimos igualmente à Câmara que nos informe qual a solução que irá adoptar para a concretização deste projecto".

Imediatamente a seguir, por proposta da Câmara e por

consenso da Assembleia, foi alterada a Ordem de Trabalhos no sentido de ser apreciado de seguida o Ponto Nº. 6 da mesma.

PONTO Nº. 6 - APRECIACÃO DE AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES.

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara submeteu à apreciação para aprovação a deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião extraordinária de 27 de Fevereiro, corrente, e que se transcreve:

- " AQUISIÇÃO DE BENS - Tendo em atenção as diligências já feitas, o Sr. Presidente submeteu à consideração do Executivo uma avaliação da quinta da família Estrela Esteves, sita na zona da Forca, com a área total de sessenta e oito mil metros quadrados, bem como o respectivo estudo de viabilidade económica elaborado pela TECNOPOR. Analisados aqueles documentos, cujo teor aqui se dá como transcrito, seguiu-se demorada troca de impressões, tendo sido deliberado, por unanimidade, adquirir o terreno em causa, nas seguintes condições: 1- Preço global de aquisição - setenta mil e duzentos contos; 2 - pagamento imediato da importância de quarenta e dois mil contos e desde que seja possível a celebração da respectiva escritura de compra e venda; 3 - o restante pagamento (vinte e oito mil e duzentos contos) ser feito até ao fim de Março de 1988, sujeito à taxa de juro legal de empréstimo do Banco de Portugal, ficando o Município com a faculdade de poder liquidar aquela importância antes do termo do prazo acima referido. A presente aquisição fundamentou-se no facto de o terreno se situar numa zona de expansão urbana prioritária, junto ao túnel da Forca e contíguo à área já adquirida há dois anos e onde poderá desta forma a Câmara disciplinar essa expansão e a sua qualidade estética. Acresce ainda que desta forma se promoverão novos investimentos e se captará aforro nomeadamente de emigrantes e a consequente dinamização do sector da construção civil. Finalmente, em face do estudo económico encomendado especificamente para esta área, a sua aquisição afigura-se como um bom acto de gestão. A presente deliberação carece da aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais".

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara teceu algumas considerações sobre a questão em apreciação, dando nota de que aquela parcela de terreno se insere numa zona de forte expansão urbana onde a Câmara já começou a actuar por forma a poder controlar a referida expansão, quer através da preservação da qualidade estética quer através da promoção de novos in-

vestimentos quer ainda através da necessidade de criação de condições para o arranque das obras de execução do nó rodoviário central.

Aberto o período da apreciação, tomou a palavra o Vogal António Ferreira da Silva para perguntar se a verba a dispender com a aquisição proposta está incluída nas despesas do Orçamento para o ano em curso ou se de algum modo se prevê a compensação através da alienação de outros bens já património da Câmara.

Sobre a questão levantada o Presidente da Câmara começou por informar que o Orçamento da Câmara contém uma rubrica geral para aquisições no valor de cerca de 45 000 contos que é insuficiente pelo que apenas terá que ser reforçada através da dotação provisional pois aquela aquisição não estava prevista aquando da elaboração do referido Orçamento. Também referiu que, dada a procura que se tem vindo a desenvolver no mercado de compra de terrenos e dada a política que a Câmara tem vindo a desenvolver no que respeita à criação de condições para o investimento, se procurará compensar aquela aquisição através da alienação de alguns lotes que a Câmara possui para tentar deste modo lutar contra a especulação de mercado. No seguimento da intervenção do Presidente da Câmara o Eng^o. Francisco Jorge Maçarrico prestou alguns esclarecimentos de ordem técnica.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Armando Vieira começou por apoiar a Câmara quanto à proposta apresentada por constituir, sem dúvida, um bom investimento. Contudo, manifestou as suas preocupações porque pensa que, mais uma vez, as freguesias rurais vão ser prejudicadas com a alteração dos Planos formulando, ainda assim, votos para que tal não se venha a registar. Lamentou, ainda, que não tenham sido tomadas iguais medidas relativamente a várias propostas para aquisição de terrenos nas zonas rurais, nomeadamente na Freguesia de Oliveirinha e concretamente para o Centro Civico das Quintãs e para a criação de condições para a construção de habitação, pois pensa que as populações rurais também merecem um pouco de consideração.

No seguimento das considerações tecidas, tomou a palavra o Presidente da Câmara para salientar que, apesar dos elevados valores que comportam as imobilizações financeiras que a Câmara tem vindo a fazer, as freguesias rurais poderão vir a colher benefícios a partir do momento em que se comecem a alienar e a criar receitas extraordinárias que poderão vir a ser aplicadas na resolução de muitos problemas ^{que} afectam as freguesias rurais. Referiu, ainda, que no que respeita à aquisição de terrenos para o Centro Civico das Quintãs ainda não foi apresentada qualquer proposta concre

ta para a Câmara poder actuar bem como deu nota da acção que a Câmara tem procurado desenvolver no sentido da promoção de auto-construção de habitação nas zonas rurais, para o que conta necessariamente com a colaboração das respectivas Juntas de Freguesia.

Também no uso da palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo começou por perguntar porque motivos se considera urgente a aquisição proposta pois se a mesma não se encontra prevista no Plano de Actividades pode-se considerar um mau negócio principalmente porque se quem quer vender tiver conhecimento do interesse do comprador pode especular com o facto. Por outro lado, e apesar do carácter de urgência que se lhe dá, salientou que aquela aquisição vai contrariar um pouco as declarações feitas aquando da discussão do Plano de Actividades para o ano em curso em que se declarou que, atingido um certo equilibrio financeiro não iria a Câmara fazer grandes aquisições.

Prosseguindo, declarou que, se não tem a Câmara liquidez para a aquisição, vai empenhar-se desnecessariamente porque se pretende porventura fazer um certo controle na urbanização daquela zona não precisa de recorrer à aquisição já que dispõe de outros meios para o conseguir, além de que ficará eventualmente impossibilitada de executar outros projectos, nomeadamente os melhoramentos de que necessitam as freguesias rurais.

Ainda no uso da palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo solicitou esclarecimentos relativamente às dúvidas que lhe colocaram no concernente à eventual atribuição de subsídios à família Esteves para poder proceder a obras de recuperação de um edifício que possui na cidade (as instalações dos "Armazéns de Aveiro").

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara começou por informar que existe uma deliberação da Câmara Municipal que instituiu um fundo para participação nos melhoramentos e recuperação de fachadas de prédios inseridos na denominada "zona de recuperação urbana" a cargo do GTL-Gabinete Técnico Local.

Relativamente à discussão da proposta, o Presidente da Câmara deu nota de que a urgência da operação é manifestada pelos vendedores e não pela Câmara que, após analisar a proposta, concluiu aceitar a aquisição de acordo com os dados prestados, pois que existe já a procura por outros potenciais compradores. Quanto à liquidez de tesouraria deu nota de que tal não acontecerá dado que a actual capacidade financeira da Câmara suporta a primeira parte do pagamento da aquisição.

Apesar dos esclarecimentos prestados, a Vogal Maria

Antónia Pinho e Melo salientou que, mesmo que houvesse particulares interessados e que concretizassem a compra, a Câmara detinha a possibilidade de controle da expansão urbana da área pois a si compete decidir quanto ao desenvolvimento urbanístico do concelho, tendo o Presidente de Câmara manifestado a sua opinião de que as Câmaras devem ser proprietárias de um grande número de lotes de terreno por ser vantajoso para a captação de investimentos e aforro e, por outro lado, para enriquecer o património municipal. No caso em apreço, salientou que em nada afectará o que está no Plano de Actividades, antes contribuirá para o reforço das receitas extraordinárias com as quais se pretende apoiar outras iniciativas na área rural. Também salientou que a proposta se insere num claro espírito de opção.

Também usou da palavra o Vogal Jorge Nascimento que começou por referir que, face aos valores apresentados facilmente se conclui que a operação será sem dúvida uma fonte geradora de receitas para a Câmara. Salientou de seguida que, embora se saiba que as Câmaras não são entidades especulativas de preços antes serão entidades moderadoras na oferta de terrenos para corrigir a especulação em benefício do interesse comum, deverá a Câmara ter o papel de favorecer a ampliação do mercado habitacional através da alienação de terrenos para construção.

Entretanto abandonaram a sala os Vogais Libério da Silva Santos, Manuel Branco Pontes e José Luís Cristo.

Ainda no uso da palavra, o Vogal Jorge Nascimento teceu algumas considerações relativamente às referências feitas sobre a possibilidade que detém a Câmara de poder controlar a expansão urbanística sem recorrer à aquisição de terrenos imediata estorvando a acção particular, dizendo nomeadamente que em sua opinião a acção seria imoral, pois as entidades públicas, designadamente a Câmara, não deve ser uma entidade arbitrária antes deverá ser discricionária. Portanto, pelo conjunto de razões invocadas, entende que o investimento é bom, apenas critica que a prestação a pagar inicialmente atinja valores tão elevados como os que foram divulgados pois deveria ser de valor mais equilibrado. Contudo, entende que aquela nota negativa poderá ser superada desde que a Câmara rapidamente coloque terrenos à venda no mercado.

Sobre esta questão o Presidente da Câmara esclareceu que a prestação inicial faz parte da negociação global da operação pois determinou que o valor da transacção não atingisse valores muito mais elevados do que os constantes na proposta.

No seguimento da intervenção do Vogal Jorge Nascimento a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo declarou que ninguém pretende que a Câmara seja arbitrária antes se pretende que seja árbitro na sua actuação e também referiu que a Câmara vai embargar uma urbanização sem motivos justificativos, o que equivale por dizer que não se coloca a questão de urbanizar ou não, apenas se pretende afirmar que para fazer o controle da construção urbanística (afirmação feita pelo Presidente da Câmara), a Câmara não teria necessidade alguma de adquirir os terrenos para o poder fazer.


Encerrado o período da apreciação, foi a proposta da Câmara atrás transcrita submetida à votação tendo merecido aprovação por quinze votos a favor, um contra e seis abstenções.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara submeteu à apreciação da Assembleia a deliberação da Câmara tomada na sua reunião de 24 de Fevereiro, corrente, que se transcreve: "AQUISIÇÃO DE BENS— Em sequência da deliberação tomada em 11 de Fevereiro, último, a Câmara tomou conhecimento de uma carta de aceitação da proposta feita pelo Executivo com vista à aquisição de uma casa sita na Rua Gustavo Ferreira Pinto Basto, pertencente ao Sr. Eng^o. José de Melo e Castro Ribeiro Lebre, nas seguintes condições: 1 - preço de aquisição - dezasseis milhões e quinhentos mil escudos; 2 - que ao preço estabelecido em 1 seja acrescida a importância de mil e quinhentos contos por cada fogo que esteja livre à data da celebração da escritura e sem mais encargos para a Câmara".

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara deu nota de que consta no Plano de Actividades a construção da Avenida Central mas que para se conseguir levar a cabo aquele projecto é preciso ultrapassar alguns difíceis obstáculos, nomeadamente a aquisição do edificio citado na proposta. Deu ainda nota das muitas dificuldades encontradas para se concretizar a aquisição tendo o Vogal Dr. Pires dos Santos acrescentado que as dificuldades eram tão grandes que se previu como única alternativa o recurso à expropriação judicial.

Entretanto abandonou a sala o Vogal António Norberto Correia.

O Vogal Fernando Tavares Marques tomou a palavra para solicitar esclarecimentos relativamente ao realojamento dos residentes naquele prédio, tendo o Vereador Dr. Pires dos Santos informado que a problemática do realojamento só dirá respeito à Câmara Municipal a partir do momento da entrega definitiva do prédio.



A Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, no uso da palavra, lembrou que no caso em apreço não poderá de forma alguma a Câmara ser arbitrária pois não poderá ignorar a problemática do realojamento dos inquilinos tendo o Vereador Dr. Pires dos Santos reafirmado que, no momento, a Câmara, ainda que não ignore a situação dos inquilinos, não tem o problema em análise por ainda não ser proprietária do imóvel.

Também no uso da palavra o Vogal António Ferreira da Silva perguntou se não estará a ser esquecido o método da permuta de bens dado que a Câmara tem demonstrado grande aptidão no uso daquele sistema que, em contrapartida, impedia que se criasse uma nova situação de dívida. Outra preocupação que evidenciou tem a ver com a sistemática política de intervenção na área da cidade esquecendo-se constantemente a intervenção na restante área do concelho.

O Presidente da Câmara tomou a palavra para informar que as negociações passaram pela tentativa de permuta de terrenos, opção que o proprietário rejeitou.

Imediatamente a seguir, o Presidente submeteu à votação a proposta da Câmara atrás transcrita, a qual mereceu aprovação por dezanove votos a favor e três abstenções.

Imediatamente a seguir o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 17.15 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

